



MANUAL DO PROFESSOR

INGRESSANTE NO TEMPO INTEGRAL





Governador do Estado do Espírito Santo

José Renato Casagrande

Secretário de Estado da Educação

Vitor Amorim de Angelo

Subsecretária de Estado da Educação Básica e Profissional

Andréa Guzzo Pereira

Gerente de Educação em Tempo Integral

Carolinne Quintanilha Ornellas

Subgerente de Desenvolvimento Curricular da Educação Integral

Nalini Brum Lima Fernandes

Coordenadora de Implantação de Escolas em Tempo Integral

Wanessa Coelho Badke

Produção Pedagógica e Gráfica

Carolinne Quintanilha Ornellas

Iana de Oliveira Carneiro

Jeane Pignaton Agostini

Juliana Santos Ferreira

Livia Mara de Assis

Luciana Silveira

Mariana Gomes Eduardo

Mayara Vescovi Assis

Nalini Brum Lima Fernandes

Nubia Quenupe Campos

Wanessa Coelho Badke

APRESENTAÇÃO

Seja bem-vindo(a) à Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo e à oferta de Educação em Tempo Integral, uma política pública que vai além da ampliação da jornada escolar. Aqui, o tempo e o currículo se unem para oferecer experiências significativas, integrando aprendizagem acadêmica, desenvolvimento socioemocional e protagonismo juvenil.



Fundamentada em marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014 – Meta 6), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei Complementar nº 928/2019 e a Lei nº 14.640/2023, a política de educação em tempo integral capixaba alcançou, em 2025, 211 escolas e mais de 40% das matrículas da rede estadual, superando metas nacionais e obtendo resultados de destaque nos indicadores de aprendizagem e permanência escolar.

O Modelo Pedagógico do Tempo Integral organiza-se para que o tempo ampliado tenha sentido e propósito, sustentado nos Quatro Pilares da Educação, no Protagonismo, na Educação Interdimensional e na Pedagogia da Presença. Esses princípios se concretizam em práticas educativas e componentes integradores como Acolhimento, Tutoria, Projeto de Vida, Estudo Orientado, Eletivas e Práticas Experimentais, que dialogam diretamente com a BNCC e apoiam o estudante na construção de sua identidade e de seus projetos pessoais, acadêmicos e profissionais.

Este Manual do Professor Ingressante na Educação em Tempo Integral, elaborado pela Gerência de Educação em Tempo Integral (GETI/Sedu), segue o formato de perguntas e respostas, inspirado no Manual de Gestão da Gerência de Gestão Escolar (GGE/Sedu). Seu objetivo é apoiar a familiarização com as rotinas, princípios, práticas pedagógicas e organização curricular, além de orientar sobre planejamento, execução e avaliação dos componentes curriculares e aspectos da vida funcional.



Mais do que um guia técnico, este manual é um convite para que você se reconheça como agente principal na construção de um ambiente acolhedor, inovador e de excelência, onde cada estudante é visto em sua integralidade e incentivado a realizar seus sonhos.

Seja bem-vindo(a)! Seu trabalho fará a diferença.

Para saber mais!

Sugere-se a leitura do Livro “Educação em Tempo Integral no Espírito Santo: História, conceitos e metodologias”.

Disponível no Site Currículo ES.



SUMÁRIO

Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral



Reuniões



Práticas Educativas e Componente integradores



Vida funcional e organização do trabalho nas Escolas de Tempo Integral



Planejamento e organização do professor



Execução do trabalho docente



Monitoramento do desenvolvimento dos estudantes e do trabalho docente



Avaliação de aprendizagem



Recuperação



Avaliações Externas



Indicadores educacionais



Avaliações de processos



Formação



Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral

QUAIS OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?

Os princípios norteadores da Educação em Tempo Integral no Espírito Santo são: os Quatro Pilares da Educação (aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser); o Protagonismo, que valoriza a participação ativa dos estudantes no planejamento e na tomada de decisões da escola; a Educação Interdimensional, que integra as dimensões cognitiva, socioemocional, física e cultural; e a Pedagogia da Presença, que fortalece vínculos e garante um ambiente acolhedor.

COMO ESTÁ ESTRUTURADO O CURRÍCULO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL?

Conforme a Lei Complementar nº 928/2019 e as Diretrizes Operacionais do Tempo Integral, o currículo do Ensino Fundamental Anos Finais nas escolas de tempo integral é composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Parte Diversificada (PD), com Componentes Integradores como Projeto de Vida, Eletivas, Práticas Experimentais e Estudo Orientado, dentre outros. Já o currículo do Ensino Médio, é constituído pela Formação Geral Básica (FGB) e pelo Itinerário Formativo, dentro do qual encontram-se as disciplinas do itinerário e os Componentes Integradores.

QUAL A CARGA HORÁRIA DO ESTUDANTE NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL?

A Rede Estadual de Ensino dispõe de duas ofertas para a Educação em Tempo Integral: 7 horas diárias, totalizando 35 horas semanais, e 9 horas e 30 minutos diários, totalizando 40 horas semanais.

Entretanto, é importante frisar, que a carga horária do estudante não é equivalente à carga horária de trabalho do professor. No tópico “Vida funcional e organização do trabalho nas Escolas de Tempo Integral”, discorreremos melhor sobre a carga horária do professor.

Observação: uma vez por semana, preferencialmente, às segundas ou sextas-feiras, os estudantes da jornada de 9h30 saem 100 minutos mais cedo, sem prejuízo à carga horária semanal.

QUAIS CARGOS E FUNÇÕES COMPÕEM A EQUIPE ESCOLAR?



De acordo com a Lei Complementar nº 928/2019, a equipe das escolas de tempo integral organiza-se em três eixos: Gestor, composto pelo Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e Coordenador Administrativo, de Secretaria e Financeiro; Pedagógico, formado por professores, professores coordenadores de área, pedagogo e coordenador escolar; e Administrativo, que pode incluir Agente de Suporte Educacional, Auxiliar de Secretaria Escolar, Agente de Serviços Administrativo, Assistente Administrativo, Assistente de Serviços Operacionais, Oficial Administrativo, Secretário Escolar e estagiários.

As atribuições de cada um desses profissionais estão descritas na Lei Complementar Nº 928/2019 e na Portaria Nº 034-R, de 03 de fevereiro de 2025. A composição e o quantitativo de profissionais que constituem cada um dos eixos poderá variar conforme critérios estabelecidos na Portaria Nº 075-R, de 13 de fevereiro de 2025.

O QUE É O MOVIMENTO DE JOVENS PROTAGONISTAS? COMO ELES PARTICIPAM DA ROTINA ESCOLAR?

O movimento de Jovens Protagonistas é uma estratégia da Educação Integral que incentiva os estudantes a assumirem papel ativo no aprendizado e na vida escolar. Essas equipes devem ser formadas de maneira democrática e inclusiva, garantindo a paridade de gênero, a diversidade étnico-racial e a inclusão de estudantes de todas as modalidades de ensino. Se reúnem periodicamente com a gestão escolar e participam do planejamento, execução e avaliação das ações da escola. Também são responsáveis pela condução da Semana de Acolhimento Inicial, da 2ª Onda de Acolhimento e da Semana de Protagonismo.

Para saber mais!

As Diretrizes do Tempo Integral orientam a organização pedagógica, os tempos educativos e as práticas formativas das escolas, garantindo coerência, intencionalidade e uma experiência completa e humanizadora para os estudantes.



Reuniões

O QUE É REUNIÃO GERAL? QUANDO OCORRE?

A Reunião Geral é um momento formativo e de alinhamento coletivo, que reúne toda a equipe escolar para refletir, avaliar e planejar ações relacionadas à execução do Modelo Pedagógico do Tempo Integral. Prevista nas Diretrizes Operacionais do Tempo Integral, ocorre semanalmente, preferencialmente às segundas ou sextas-feiras.

Nas escolas de 7h, a Reunião Geral acontece no horário de planejamento coletivo dos professores, com duração de 50 minutos. Nas escolas de 9h30, ocorre durante o horário de planejamento coletivo dos professores, com duração de 100 minutos (2 horas-aulas sequenciais), no dia da semana em que os estudantes saem mais cedo.

O QUE É REUNIÃO DE ÁREA? QUANDO OCORRE?

A Reunião das Áreas de Conhecimento é um momento formativo e de planejamento que reúne professores de uma mesma área para integrar ações, alinhar estratégias e avaliar práticas pedagógicas no contexto do Modelo Pedagógico do Tempo Integral. De acordo com as Diretrizes Operacionais do Tempo Integral, ocorre semanalmente, com duração de 50 minutos.

Conforme Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 279-R/2021, os dias de estudo ou planejamento coletivo por Área de Conhecimento ficam assim definidos:

Terça-feira: área de Ciências Humanas e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;

Quarta-feira: área de Ciências, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Matemática, Matemática e suas tecnologias;

Quinta-feira: área de Linguagens, Linguagens e suas tecnologias.



QUAIS AS OUTRAS REUNIÕES QUE ACONTECEM NO TI? QUANDO OCORREM?

REUNIÃO DA EQUIPE GESTORA:

- Encontro semanal do Eixo Gestor para alinhar ações, monitorar indicadores e garantir a execução do Modelo Pedagógico.

REUNIÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA:

- Realizada semanalmente com CP, pedagogo, PCAs, Coordenador de Curso Técnico e Coordenador Escolar (quando necessário). O objetivo é planejar, acompanhar e avaliar as práticas de ensino e aprendizagem, integrando BNCC e parte diversificada.

REUNIÕES DA EQUIPE ADMINISTRATIVA:

- Se subdivide em reunião de gestão administrativa e de apoio administrativo. Ocorrem quinzenalmente para organizar e acompanhar processos administrativos, serviços de apoio e demandas operacionais, assegurando o bom funcionamento da escola.

REUNIÕES ENTRE DIREÇÃO ESCOLAR E REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES:

- Reuniões realizadas pelo diretor com presidentes de Clube, Jovens Protagonistas e Conselho de Líderes, cada uma com periodicidade mensal, para dialogar sobre ações, propor melhorias e fortalecer a participação estudantil.

REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DE PROJETO DE VIDA (PV):

- Encontro quinzenal, com duração de 50 minutos, entre pedagogo e professores de PV para planejar atividades, alinhar metodologias e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes no Componente.

REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DE ESTUDO ORIENTADO:

- Realizada quinzenalmente com pedagogo e professores de EO para definir estratégias, materiais, organização das turmas, visando otimizar o tempo de estudo e apoiar aprendizagens.

Práticas Educativas e Componente Integradores

O QUE É ACOLHIMENTO INICIAL? QUEM REALIZA?

O acolhimento inicial é o conjunto de ações realizadas no início do ano letivo com o objetivo de receber e integrar estudantes, famílias e profissionais à comunidade escolar. Essas ações visam criar um ambiente seguro, receptivo e motivador, fortalecendo vínculos e favorecendo a adaptação à proposta pedagógica da Educação em Tempo Integral.

Segundo as Diretrizes para o Acolhimento Escolar, o acolhimento inicial deve apresentar a equipe escolar, os espaços, as rotinas, as regras de convivência e as oportunidades de participação estudantil, além de estimular o protagonismo e o sentimento de pertencimento.

A organização é feita pelo Trio Gestor (Diretor, CP e Casf) junto aos Jovens Protagonistas. No momento de execução é importante a participação de toda equipe escolar, de acordo com cada momento do acolhimento.

O QUE É A SEGUNDA ONDA DO ACOLHIMENTO? QUANDO É REALIZADA?

A segunda onda do acolhimento consiste em ações para integrar estudantes que ingressam na escola após o início do ano letivo, garantindo-lhes a mesma orientação e vínculo oferecidos no acolhimento inicial. É realizada entre o encerramento do primeiro trimestre e o meio do ano letivo.

POR QUE É IMPORTANTE REALIZAR O ACOLHIMENTO DOS ESTUDANTES NO RETORNO DO RECESSO ESCOLAR DE JULHO?

O acolhimento no retorno do recesso é essencial para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola e promover o sentimento de pertencimento, especialmente em um período em que pode haver maior risco de evasão. Momentos de integração e retomada das metas pessoais e coletivas ajudam a reengajar os estudantes, valorizando suas experiências e reafirmando a escola como um espaço de cuidado, aprendizagem e continuidade dos projetos de vida.

O QUE É ACOLHIMENTO DIÁRIO? QUEM REALIZA?



O acolhimento diário é uma prática cotidiana nas escolas de tempo integral, direcionada aos estudantes, mas também equipe escolar e pais e/ou responsáveis. Na chegada dos estudantes à escola, é de responsabilidade do trio gestor (Diretor, CP e Casf), porém a equipe escolar e os Jovens Protagonistas podem ser convidados a participar. Abrange ainda o acolhimento realizado em sala de aula pelos professores com os seus estudantes e o acolhimento aos pais e/ou responsáveis, seja em reuniões ou eventuais visitas à escola. Inclui desde gestos simples, como cumprimentar ou sorrir para alguém, até atividades temáticas planejadas pela equipe escolar e/ou Jovens Protagonistas.

O QUE É TUTORIA? QUEM PODE SER TUTOR?

A tutoria é uma prática de acompanhamento e orientação pedagógica, que tem como objetivo apoiar o estudante em sua trajetória escolar e na construção do seu projeto de vida.



Segundo os arts. 12 e 13 da Lei Complementar Nº 928/2019 e as Diretrizes Operacionais da Educação em Tempo Integral, a função de tutor(a) deve ser exercida por todos os profissionais do eixo gestor e do eixo pedagógico da escola. Podem assumir a função professores(as) que atuam nos Componentes Curriculares da BNCC/Formação Geral Básica. Para cada professor(a) da BNCC/Formação Geral Básica, é destinada 01 (uma) hora-aula semanal para a realização da tutoria individual.

PROFESSOR DE AEE PODE SER TUTOR?

Não. Professores(as) do Atendimento Educacional Especializado (AEE), por atuarem como horistas e não possuírem carga horária regular atribuída na escola, não podem exercer a função de tutores(as).

PROFESSOR DE CURSO TÉCNICO PODE SER TUTOR?

Não. Professores(as) de Curso Técnico, por atuarem como horistas e não possuírem carga horária regular atribuída na escola, também não podem exercer a função de tutores(as).

QUEM PODE SER PROFESSOR DA PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO?

De acordo com a Lei Complementar Nº 928/2019, podem atuar na Parte Diversificada professores(as) efetivos(as) ou em designação temporária da rede estadual. A seleção é realizada pela gestão escolar.

PROFESSOR DE AEE PODE LECIONAR COMPONENTES DA PARTE DIVERSIFICADA?

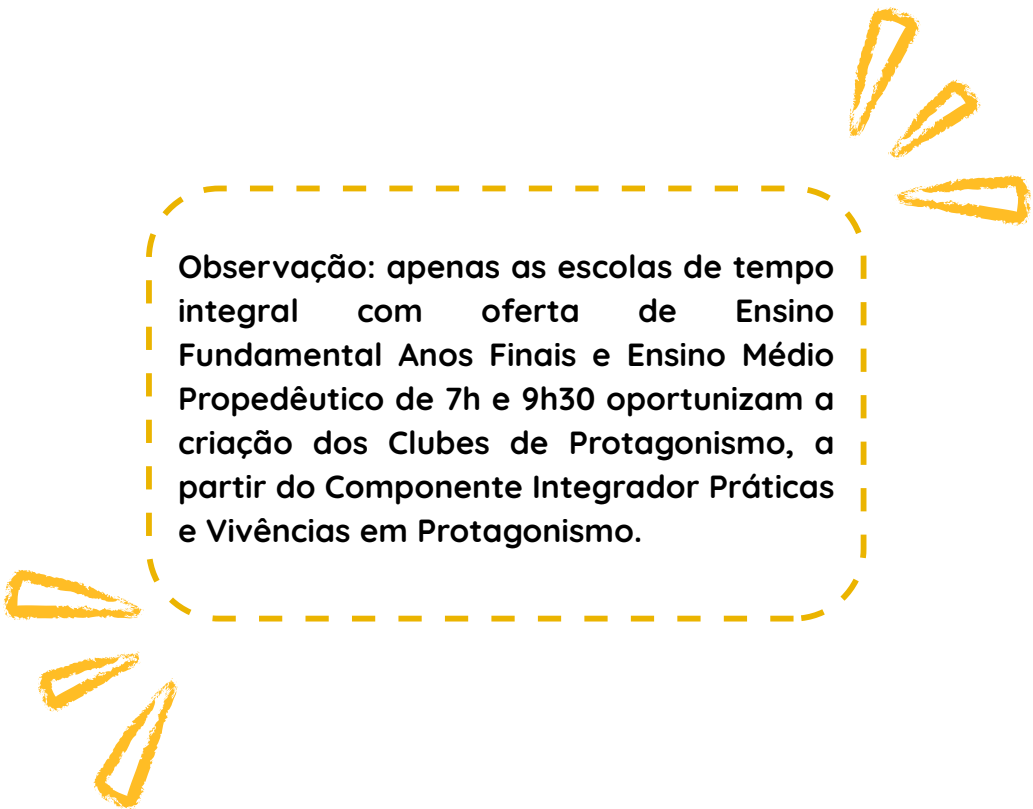
Não há autorização para que professores(as) do AEE atuem em Componentes da Parte Diversificada.

PROFESSOR DE CURSO TÉCNICO PODE LECIONAR COMPONENTES DA PARTE DIVERSIFICADA?

Professores(as) de Curso Técnico podem atuar apenas no Componente Eletiva, em conjunto com professores da BNCC, desde que sinalizem disponibilidade para cumprimento do planejamento e do horário das aulas da Eletiva.

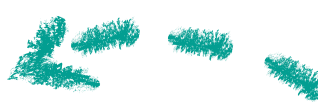
NO QUE CONSISTEM OS CLUBES DE PROTAGONISMO?

São grupos temáticos, criados e organizados pelos estudantes, com o apoio da Direção Escolar e de um padrinho. O padrinho é um professor, escolhido pelos integrantes do Clube, que irá apoiar e acompanhar as ações do clube. Os clubes podem abordar diferentes temáticas relacionadas às demandas da escola e aos projetos de vida dos estudantes, como arte, cultura, esporte, ciência, tecnologia, meio ambiente, empreendedorismo, voluntariado e causas sociais. Têm como objetivo principal estimular o protagonismo juvenil. Por isso, as atividades são definidas e conduzidas pelos estudantes, sob a supervisão do padrinho.



Observação: apenas as escolas de tempo integral com oferta de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio Propedêutico de 7h e 9h30 oportunizam a criação dos Clubes de Protagonismo, a partir do Componente Integrador Práticas e Vivências em Protagonismo.

O QUE É O PROJETO DE VIDA NO CONTEXTO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?



O Projeto de Vida é ao mesmo tempo uma prática educativa, um componente integrador e a centralidade do Modelo Pedagógico do Tempo Integral. Enquanto prática educativa, se refere ao processo contínuo de autoconhecimento, planejamento e construção de sentido para a trajetória pessoal, social e profissional dos estudantes. O Componente Projeto de Vida, por sua vez, integra a Parte Diversificada do currículo e é voltado para apoiar a construção dos projetos de vida dos estudantes de forma gradual ao longo dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

QUAL A MINHA ATRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE VIDA DOS ESTUDANTES?

Como professor(a) da BNCC e da Parte Diversificada, sua atribuição é contribuir para que o Projeto de Vida seja vivenciado em todas as áreas do conhecimento, planejando aulas e experiências que dialoguem com os objetivos dos(as) estudantes, conectando o conteúdo curricular à vida real. Isso envolve reconhecer e valorizar potencialidades individuais, propor atividades que incentivem a autonomia e a tomada de decisões, estimular a aplicação dos conhecimentos em contextos significativos e colaborar com a equipe escolar para integrar o Projeto de Vida às práticas pedagógicas. Dessa forma, o Projeto de Vida se mantém como prática central do modelo, orientando a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O QUE É ESTUDO ORIENTADO (EO)?

O EO é um componente da Parte Diversificada do currículo que oferece aos estudantes tempo e espaço para desenvolver estratégias e técnicas de estudo, promovendo habilidades de auto-organização e autonomia intelectual, a fim de fortalecer e aprofundar aprendizagens.



QUAL É O MEU PAPEL ENQUANTO PROFESSOR DE BNCC EM RELAÇÃO AO ESTUDO ORIENTADO?

O seu papel, enquanto professor de BNCC, é atuar de forma dinâmica e colaborativa junto ao professor de Estudo Orientado. Nesse sentido, o professor da BNCC é responsável por sinalizar as habilidades e descritores prioritários que precisam ser trabalhados/aprofundados nas aulas de EO. Além disso, ele pode sugerir materiais como textos, atividades, metodologias e ferramentas que contribuam para a execução do Plano de Ensino.

Vida funcional e organização do trabalho nas Escolas de Tempo Integral

QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES NA OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?

De acordo com a Lei Complementar Nº 928, art. 13, § 3º, são atribuições do professor que atua na oferta: elaborar, cumprir e manter atualizados os registros e materiais indispensáveis ao planejamento individual e coletivo, alinhados à proposta pedagógica da unidade escolar; garantir o desenvolvimento da BNCC e da Parte Diversificada com metodologias inclusivas e integradoras; identificar e apoiar estudantes com dificuldades; participar de reuniões e conselhos de classe; coordenar ou colaborar em projetos; participar de atividades diversificadas e interdisciplinares; estimular e acompanhar o projeto de vida dos estudantes; praticar a Pedagogia da Presença; atuar como tutor (salvo professores de AEE e de Curso Técnico); realizar o PDCA e cumprir demais atribuições definidas pela direção escolar.

O QUE É E QUAIS AS ATRIBUIÇÕES DE UM PCA? COMO É ESCOLHIDO?

Segundo a Portaria Nº 034-R, de 03 de fevereiro de 2025, arts. 12 e 13, o Professor Coordenador de Área (PCA) é o docente responsável por articular e acompanhar o trabalho pedagógico dos professores de uma mesma área de conhecimento. O PCA é indicado por seus pares em articulação com o Coordenador Pedagógico e o pedagogo, com registro em ata e validação pelo diretor escolar.

Entre suas atribuições na oferta de Tempo Integral estão: auxiliar na elaboração e execução do Plano de Ação; acompanhar e avaliar aulas dos docentes de sua área; estimular a Pedagogia da Presença; diagnosticar dificuldades dos estudantes e propor intervenções; organizar atividades interdisciplinares; planejar e participar das reuniões de planejamento e conselhos de classe; analisar resultados de aprendizagem e realizar o PDCA ao final de cada processo.

COMO É ORGANIZADA A CARGA HORÁRIA DE TUTORIA?

Aos professores que atuam na função de tutor, deve ser garantido 1 (uma) hora-aula por semana para execução da tutoria individual.



O QUE É HORA-ATIVIDADE?

De acordo com a Lei Nº 5.580, de 13 de janeiro de 1998, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público Estadual, no art. 30, a carga horária de trabalho do professor é constituída de horas-aula e horas-atividade.

O tempo destinado a horas-aula é de $\frac{2}{3}$ (dois terços) e, a horas-atividade, $\frac{1}{3}$ (um terço) da carga horária semanal. As horas-atividade contemplam atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.

SOU OBRIGADO A SUBSTITUIR AS AULAS DE UM COLEGA QUE SE AUSENTE DO TRABALHO?

De acordo com a Portaria Nº 034-R, de 03 de fevereiro de 2025, art. 20, inciso XXI e XXII, caso o professor não alcance o tempo destinado as horas-aula, ou seja, disponha de mais horas-atividade, poderá substituir outros professores em suas ausências de curta duração. Nas escolas com oferta de 7h, isso ocorre quando o professor tem menos de 28 horas-aula de 50 minutos em sua carga horária. E, nas escolas com oferta de 9h30, quando o professor tem menos de 32 horas-aula de 50 minutos.

Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação em Tempo Integral, a deve ocorrer, prioritariamente, dentro da própria área de conhecimento. O professor substituirá outra área de conhecimento quando não houver professor da mesma área com hora-aula disponível no dia.

SOU PROFESSOR DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL COM OFERTA DE 9H30, TENHO DIREITO À COMPENSAÇÃO DE HORAS? E O PROFESSOR DO INTEGRAL DE 7H, TAMBÉM TEM DIREITO À COMPENSAÇÃO?

As Diretrizes Operacionais da Educação em Tempo Integral estabelecem que os professores que atuam na oferta de 9h30, por ultrapassarem 10 minutos diários da carga horária, têm direito a compensação de 50 minutos. Os professores que atuam na oferta de 7h não ultrapassam a carga horária diária, por isso não têm direito a compensação.

COMO DEVE OCORRER A COMPENSAÇÃO DE HORAS?

A compensação deve ser efetuada durante a semana, de acordo com horário acordado entre professor, PCA e Coordenador Escolar.

O QUE É A CARGA HORÁRIA ESPECIAL (CHE)?

A CHE é uma carga horária extra temporária atribuída ao professor efetivo para atendimento às necessidades excepcionais de carga horária em regência de classe, projetos finalísticos ou outras situações previstas em portaria.

POSSO TER CHE TRABALHANDO NO TEMPO INTEGRAL?

Sim. O professor atuante na oferta de tempo integral pode ter CHE desde que o número de horas-aula semanais correspondente à carga horária especial não exceda a diferença entre 44 (quarenta e quatro) horas e o número previsto para a carga horária de trabalho do professor. Além disso, conforme determina o art. 39 da Lei Complementar Nº 115/1998, a CHE só pode ser atribuída ao professor efetivo que não acumule cargos.



O QUE É E COMO FUNCIONA A JPP?

A Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP) é o momento de planejamento que reúne os profissionais da educação para planejar o ano/semestre letivo, analisando indicadores e alinhando estratégias. Esse momento também favorece o desenvolvimento profissional e a atualização sobre tendências educacionais e inovações metodológicas. É conduzida pelas equipes gestoras das escolas e acontece antes do início do ano letivo e após o término do trimestre/semestre letivo, com data definida no Calendário Escolar.

Planejamento e organização do professor

O QUE É O PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA?

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual que norteia as ações da escola para alcançar metas definidas, com base em diagnósticos detalhados e análise dos desafios prioritários. É elaborado coletivamente e monitorado de forma sistemática, com etapas que incluem diagnóstico, planejamento, execução e correção de rotas, inspiradas no Ciclo PDCA (Planejar, Fazer, Checar e Ajustar).

COMO ELABORAR O PLANO DE ENSINO?

O Plano de Ensino organiza os objetos de conhecimento, habilidades, estratégias de ensino, metodologias, materiais de apoio, temas integradores e instrumentos avaliativos a serem trabalhados/utilizados em cada componente curricular, assegurando intencionalidade pedagógica. Deve ser elaborado por etapa e por trimestre, considerando o Currículo do Estado, o projeto de vida dos(as) estudantes e as especificidades da escola. O documento deve ser construído no início do período letivo, revisitado periodicamente e publicizado à comunidade escolar.

Observação: a Secretaria de Estado da Educação orienta, anualmente, a partir das Diretrizes Pedagógicas sobre a construção dos Plano de Ensino.

O QUE É NIVELAMENTO?

O nivelamento é um conjunto de estratégias pedagógicas voltadas à identificação e superação de defasagens de aprendizagem, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática. Tem como objetivo garantir que todos os(as) estudantes desenvolvam as competências essenciais para acompanhar os demais componentes curriculares.

No Tempo Integral, o nivelamento ocorre de forma planejada e sistemática, com base em diagnósticos iniciais e contínuos, possibilitando intervenções específicas que promovam equidade, ampliem a aprendizagem e assegurem a progressão escolar.

COMO ELABORAR O PLANO DE NIVELAMENTO?

O Plano de Nivelamento deve ser estruturado a partir de um diagnóstico inicial que evidencie as defasagens de aprendizagem dos(as) estudantes, com ênfase em Língua Portuguesa e Matemática. A partir desse levantamento, o(a) professor(a) define objetivos específicos, seleciona descritores, organiza sequências de atividades e estabelece estratégias diferenciadas para assegurar a superação das dificuldades identificadas.

O documento deve contemplar metodologias ativas, instrumentos avaliativos e momentos de acompanhamento que possibilitem monitorar o progresso individual e coletivo. Sua elaboração deve ocorrer em articulação com a gestão escolar e a coordenação pedagógica, sendo revisitado periodicamente para ajustes necessários ao alcance das metas propostas.

O QUE É O PROGRAMA SUCESSO ESCOLAR (PSE) E QUEM É SEU PÚBLICO-ALVO?



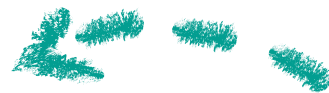
O PSE é um programa da Sedu voltado à regularização da trajetória escolar de estudantes com distorção idade-série nos Anos Finais do Ensino Fundamental, por meio de organização curricular específica e estratégias pedagógicas próprias para garantir progressão da aprendizagem e continuidade dos estudos. O público-alvo do PSE são os(as) estudantes matriculados(as) no 6º e 7º ano do Ensino Fundamental que apresentam distorção idade-série, identificados pela escola e encaminhados para atendimento no programa.

Para saber mais!

sobre o Programa Sucesso Escolar, recomenda-se a leitura das ementas, currículo e demais documentos referência disponibilizados no Site do Currículo Sedu ES.



POR QUE ORGANIZAR AS AGENDAS PESSOAL E COLETIVA?



A organização das agendas pessoal e coletiva é fundamental porque garante o alinhamento entre o planejamento individual dos profissionais e as ações da escola como um todo, evitando a sobreposição de atividades. A agenda coletiva, construída trimestralmente de forma colaborativa, descreve, data e divulga as atividades importantes ocorridas na escola. Já a agenda individual permite que cada educador organize suas tarefas a partir da agenda coletiva da escola, assegurando o cumprimento de suas responsabilidades específicas durante o trimestre. No Tempo Integral, esses instrumentos visam apoiar o planejamento e execução das atividades previstas no Plano de Ação da escola.

POR ONDE COMEÇO A PLANEJAR A MINHA ELETIVA?

O planejamento das Eletivas deve iniciar com a análise dos resultados da escola e da rede, apresentados pela gestão, identificando as competências e habilidades da BNCC que precisam ser fortalecidas. Se a escola já tiver histórico de eletivas, recomenda-se usar o PDCA e os interesses dos estudantes; caso seja a primeira oferta, deve-se levantar os interesses dos estudantes. Em seguida, elabora-se a ementa, que deve conter título da eletiva, professores responsáveis, competências gerais da BNCC a serem mobilizadas, justificativa, objetivos, habilidades do currículo dos componentes envolvidos, metodologias, recursos, proposta para a culminância, avaliação, cronograma das aulas, referências bibliográficas, entre outros elementos. A ementa deve ser entregue no prazo estabelecido para validação da equipe pedagógica. Por fim, no Feirão de Eletivas, os professores apresentam suas propostas de forma criativa e os estudantes escolhem suas eletivas. Todo o planejamento deve conciliar os interesses dos estudantes com os objetivos de aprendizagem da rede, partindo do diagnóstico e dos resultados das avaliações.

Para saber mais!

O modelo de ementa de eletiva encontra-se no site do Currículo Sedu ES.



COMO PLANEJAR UMA TUTORIA INDIVIDUAL? E A TUTORIA COLETIVA?

A tutoria individual é realizada semanalmente e constitui um espaço de diálogo entre tutor e estudante. Os objetivos centrais são acompanhar o percurso acadêmico e comportamental, apoiar o desenvolvimento do projeto de vida, fortalecer a relação interpessoal e mobilizar o pilar Aprender a Ser. Seu planejamento deve considerar a definição de um horário fixo na agenda do(a) professor(a), a organização de registros de acompanhamento e a escuta atenta das demandas do estudante.

A tutoria coletiva ocorre mensalmente, reunindo cada tutor com seu grupo de tutorados em encontros previamente organizados. Os objetivos principais são promover trocas coletivas, estimular o apoio mútuo em relação aos projetos de vida, fortalecer as relações em grupo e mobilizar o pilar Aprender a Conviver. O planejamento envolve a definição de calendário, pauta e local, garantindo que todos os tutores realizem a atividade de forma simultânea.

No caso da tutoria individual, é indispensável a utilização de instrumentos de registro que permitam acompanhar o percurso dos(as) estudantes, assegurando continuidade e sistematização do processo. Na tutoria coletiva, não é necessário utilizar ficha de acompanhamento, o registro deve ser feito diretamente no Sistema Estadual de Gestão Escolar (Seges).

COMO PLANEJAR UMA VISITA TÉCNICA E PEDAGÓGICA?

O planejamento deve começar pela definição dos objetivos da visita, alinhados ao currículo e ao projeto de vida dos(as) estudantes. Em seguida, é necessário escolher o local, verificar sua pertinência pedagógica e organizar um projeto, contendo a descrição da atividade, justificativa, objetivos, roteiro com data, horário, responsáveis, recursos e atividades antes, durante e após a visita, que deverá ser submetido à validação da equipe pedagógica. Também é preciso providenciar autorizações dos pais e/ou responsáveis, transporte e garantir a segurança. Em caso de solicitação de lanches para os estudantes, o projeto da visita técnica e pedagógica deverá ser submetido ainda à validação da SRE, que emitirá parecer, ao qual deverá ser encaminhado pela escola, com antecedência de 10 dias úteis, junto com a solicitação de lanches no sistema de registro de chamados (GLPI). Por fim, a experiência deve ser registrada e retomada em sala de aula, assegurando sua integração ao processo de aprendizagem.

Execução do trabalho docente

COMO POSSO ACOLHER MEUS ESTUDANTES DIARIAMENTE?

Você pode acolher seus estudantes diariamente por meio de gestos simples, como uma saudação respeitosa e atenciosa ao entrarem na sala, demonstrando escuta ativa e empatia nas interações e na resolução de conflitos. É importante também reconhecer a individualidade e identidade de cada estudante e, sempre que possível, participar de momentos de acolhimento temático, que reforçam vínculos e tornam a rotina mais acolhedora e significativa.

O QUE SÃO METODOLOGIAS ATIVAS E COMO UTILIZAR?

As metodologias ativas são estratégias de ensino que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, estimulando autonomia, participação, pensamento crítico, criatividade e colaboração na construção coletiva do conhecimento. Elas podem ser aplicadas por meio de práticas como Rotação por Estações, Sala de Aula Invertida, Gamificação, Júri Simulado, Aprendizagem Baseada em Problemas e Projetos — combinadas ou não ao uso de recursos tecnológicos.

O QUE SÃO AMBIENTES DE APRENDIZAGEM E COMO ELES PODEM IMPACTAR NO APRENDIZADO DO ESTUDANTE?

Os ambientes de aprendizagem são espaços planejados para estimular a aprendizagem ativa, a criatividade e a colaboração, envolvendo os estudantes em todas as dimensões do seu desenvolvimento. Eles podem incluir laboratórios, bibliotecas, estúdios de arte, salas de música, áreas de convivência ou mesmo espaços ao ar livre. Ao diversificar os cenários educativos, esses ambientes tornam o processo mais dinâmico e significativo, favorecendo o engajamento e o desenvolvimento integral dos estudantes.

POR QUE ORGANIZAR A SALA DE AULA DE FORMAS DIFERENTES? COMO POSSO PROMOVER ESSA ORGANIZAÇÃO?

Organizar a sala de aula de formas diferentes favorece a interação entre os estudantes e possibilita uma aprendizagem mais ativa e colaborativa. Para promover essa organização, o professor pode dispor as carteiras em formatos como “U”, “semicírculo”, “duplas” ou outros arranjos que estimulem o diálogo, o trabalho em grupo e a participação de todos.

O QUE É O RODÍZIO DE TURMAS E COMO PODE OCORRER?

O rodízio de turmas é o deslocamento dos estudantes entre diferentes salas temáticas, possibilitando o uso de espaços específicos para cada componente curricular ou área de conhecimento. Esse processo pode ocorrer a cada troca de aula ou em períodos definidos — semanal, mensal ou trimestral — conforme a organização e a realidade de cada escola.

O rodízio de turmas traz dinamismo à jornada letiva e, quando associado às salas temáticas, permite que o estudante vivencie cada aula em um ambiente próprio para a área ou componente, tornando o aprendizado mais envolvente e contextualizado.

O QUE É O SEGESE O QUE É PARA REGISTRAR?

É o Sistema Estadual de Gestão Escolar. Nele, os professores registram a frequência dos estudantes, os conteúdos ministrados e as notas das avaliações e recuperações. No diário de conteúdo, deve constar o objeto de conhecimento trabalhado, a habilidade/descritor relacionado e a metodologia utilizada. Quando se tratar da aplicação de uma avaliação ou recuperação, é importante registrar o(s) objeto(s) de conhecimento abordado(s), o seu valor e formato.

Observação: deve haver o registro no Seges sobre a tutoria coletiva, contendo informações sobre a pauta/tema trabalhado.

COMO É E COMO FUNCIONAM OS CONSELHOS DE CLASSE POR ÁREA/TRIMESTRAL E FINAL?

Os Conselhos de Classe são momentos de análise e reflexão coletiva sobre o processo de ensino e aprendizagem, envolvendo professores, equipe pedagógica e gestores.

O conselho de classe por área de conhecimento/trimestre visa discutir os resultados dos estudantes nas avaliações, considerando indicadores de vulnerabilidade educacional, potencialidades e desafios. O Conselho de Classe Final ocorre ao término do ano ou semestre letivo e tem como propósito analisar e refletir sobre a vida escolar dos estudantes, buscando a superação das desigualdades e a inclusão. Também se constitui em um momento de autoavaliação da equipe escolar, que revisita pontos positivos do ano e desafios que ainda se apresentam na escola. Além disso, orienta os professores quanto à organização dos Estudos Especiais de Recuperação (EER).

Nos dois casos, funcionam como espaços de diálogo e corresponsabilidade, visando à tomada de decisões e à proposição de intervenções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos.

Monitoramento do desenvolvimento dos estudantes e do trabalho docente

COMO A TUTORIA PODE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE?

A tutoria promove o desenvolvimento do estudante ao oferecer acompanhamento pedagógico individualizado, apoiando sua trajetória acadêmica e a construção do seu projeto de vida. Por meio da escuta, do diálogo e do estabelecimento de metas, o tutor contribui para que o estudante reconheça suas potencialidades, supere dificuldades e amplie suas oportunidades de aprendizagem.

DE QUE FORMA O TUTOR CONTRIBUI PARA O FORTALECIMENTO DO VÍNCULO ENTRE O ESTUDANTE E A ESCOLA?

O tutor fortalece o vínculo do estudante com a escola ao exercer a Pedagogia da Presença, criando uma relação de confiança e respeito. Essa presença atenta e constante faz com que o estudante se sinta pertencente e valorizado, incentivando sua participação nas aulas, projetos e atividades escolares. Dessa forma, a tutoria reforça o engajamento, a permanência e o protagonismo estudantil.

ATENÇÃO! A tutoria não deve ser confundida com apoio psicológico. O tutor não é terapeuta, nem deve assumir responsabilidades legais que competem à família. Sua atuação é pedagógica e orientadora, contando sempre com o suporte da gestão escolar e, quando necessário, com o encaminhamento à equipe do APOIE (Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar). Para saber mais sobre o APOIE, acesse: <https://apoie.sedu.es.gov.br/>



NO QUE CONSISTE A OBSERVAÇÃO DE AULA?

A observação de aula consiste no acompanhamento e análise do trabalho do(a) professor(a) por meio da observação de sua aula. Esta prática está prevista na Portaria Nº 034-R, de 03 de fevereiro de 2025, que disciplina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais.

QUAL O OBJETIVO DA OBSERVAÇÃO DE AULA?

A observação de aula tem caráter formativo e busca melhorar a aprendizagem dos estudantes. Ela permite ao professor refletir sobre sua prática, identificar potencialidades e desafios, além de promover ajustes pedagógicos que impactam diretamente a qualidade do ensino.



QUEM PODE REALIZAR A OBSERVAÇÃO DE AULA E COMO ESSE PROCESSO DEVE SER CONDUZIDO?

Nas Escolas de Tempo Integral, essa prática é executada por PCAs, Coordenadores de Curso Técnico, Pedagogo e Coordenadores Pedagógicos. O processo deve ser planejado, imparcial e colaborativo, com uso de instrumentos validados pela equipe escolar, sem interferir no andamento da aula e com foco na melhoria da prática docente.

COMO OS DADOS OBTIDOS NA OBSERVAÇÃO DE AULA PODEM SUBSIDIAR FEEDBACKS CONSTRUTIVOS AOS PROFESSORES?

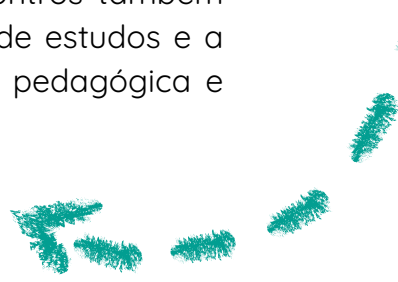


Os registros coletados servem de base para devolutivas sistematizadas, nas quais são destacados pontos fortes, práticas exitosas e aspectos a melhorar. Esses feedbacks, apresentados de forma clara e construtiva, orientam o professor a refletir e adotar novas estratégias, fortalecendo sua prática pedagógica.

Observação: Para saber mais sobre a operacionalização desta prática, faça a leitura das Orientações Pedagógicas Passo a Passo (OPPP) e do Guia de Reuniões Formativas de Observação de Aulas.

DE QUE FORMA AS REUNIÕES DE ÁREA E REUNIÕES GERAIS CONTRIBUEM PARA A ANÁLISE E INTERVENÇÃO NO TRABALHO DOCENTE?

As reuniões de área e as reuniões gerais são momentos formativos e colaborativos que possibilitam analisar o trabalho docente e definir estratégias de intervenção. Enquanto as reuniões de área reúnem professores para planejar e avaliar práticas pedagógicas de cada campo do conhecimento, articulando a BNCC à Parte Diversificada, as reuniões gerais promovem o alinhamento de toda a equipe escolar, integrando os eixos gestor, pedagógico e administrativo. Esses encontros também favorecem o compartilhamento de experiências, o desenvolvimento de estudos e a realização de processos formativos, fortalecendo a intencionalidade pedagógica e qualificando as práticas de ensino.



Avaliação da aprendizagem

NO QUE CONSISTE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM?

A avaliação é um processo pedagógico, que permite aos estudantes reconhecerem seus avanços e necessidades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que fornece aos professores elementos para refletirem sobre sua prática, ajustarem o planejamento, os conteúdos e as estratégias, de modo a ampliar as oportunidades educativas.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer de forma contínua e cumulativa, articulada ao currículo, contemplando diferentes dimensões do desenvolvimento do estudante e priorizando os aspectos qualitativos e o percurso formativo ao longo do período letivo acima dos resultados de avaliações pontuais.

QUAL O SEU AMPARO LEGAL?

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9394/1996, art. 24, inciso V, alínea a;
- Resolução CEE/ES Nº 3.777, arts. 104 a 111;
- Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, arts. 153 a 159;
- Portaria Nº 168-R, de 23 de dezembro de 2020, publicada no D.O. de 28/12/2020.

QUAIS SÃO AS MODALIDADES DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM?

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:

- Visa identificar o ponto de partida de cada estudante, no processo educativo, identificando seus conhecimentos prévios, bem como seus ritmos, vivências, crenças, contextos e aptidões, para que auxilie o professor no planejamento de estratégias mais adequadas junto aos seus discentes.

AVALIAÇÃO FORMATIVA:

- Tem por objetivo acompanhar a aprendizagem dos estudantes, ao longo do processo educativo, identificando se as aprendizagens estão ocorrendo, de acordo com o esperado, bem como realizando ajustes nas atividades e abordagens escolhidas no planejamento inicial.

AVALIAÇÃO SOMATIVA:

- Ocorre ao final do processo e verifica o que os estudantes aprenderam, com o compromisso de dar visibilidade à continuidade e não à terminalidade das aprendizagens.

COMO DEVE SER ORGANIZADA A AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTUDANTE?

A avaliação tem como referência os objetivos de aprendizagem previstos nos documentos curriculares oficiais e deve utilizar métodos e instrumentos variados que possibilitem avaliar, de forma contínua e cumulativa, o desenvolvimento do estudante. Esse processo deve estar alinhado à proposta pedagógica da escola e, sempre que possível, articulado a outros componentes curriculares ou áreas de conhecimento.

Devem ser aplicados, no mínimo, três instrumentos avaliativos diversificados por trimestre, definidos pelo professor, sendo um deles construído em conjunto pela área de conhecimento. A pontuação é distribuída em 30 pontos no primeiro trimestre, 30 no segundo e 40 no terceiro, totalizando 100 pontos. Os critérios e formas de avaliação escolhidos pelo docente precisam constar no Plano de Ensino e ser apresentados aos estudantes no início do período letivo.

COMO DEVE SER REALIZADA A AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO DO ESTUDANTE?

A verificação do rendimento escolar deverá ser realizada por meio de instrumentos avaliativos, por componente curricular ou área de conhecimento, tais como:

- I - projetos e trabalhos individuais ou em grupos;
- II - listas de exercícios;
- III - avaliação oral ou exposição oral;
- IV - provas;
- V - seminários;
- VI - portfólios;
- VII - teatro;
- VIII - outros.

A avaliação do rendimento escolar deve considerar aspectos qualitativos e quantitativos, presentes nos domínios cognitivos, afetivo e psicomotor, incluídos o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores, visando diagnosticar estratégias, avanços e dificuldades, de modo a reorganizar as atividades pedagógicas.

Na verificação do rendimento escolar, deve-se observar o domínio pelo educando de determinadas habilidades e conhecimentos que se constituem em condições indispensáveis para as aprendizagens subsequentes.

IMPORTANTE: No caso de mais da metade da turma apresentar resultado insatisfatório em um instrumento avaliativo, serão realizados diagnósticos e intervenção pedagógica, com substituição do instrumento avaliativo, devendo ser considerado o maior resultado. Ao discente que não atingir 60% (sessenta por cento) da pontuação nas avaliações de cada componente curricular, serão garantidos estudos de recuperação paralelos ao período letivo.

COMO DEVE SER FEITO O REGISTRO DAS AVALIAÇÕES DO RENDIMENTO ESCOLAR?

Os docentes deverão registrar no Sistema Estadual de Gestão Escolar – SEGES os resultados das atividades avaliativas no prazo de até 10 (dez) dias letivos a contar da data da aplicação, não ultrapassando a data de encerramento do trimestre.

COMO OCORRE A AVALIAÇÃO DA PARTE DIVERSIFICADA?

A avaliação dos componentes integradores/parte diversificada é por conceito (cursado ou não cursado) e requer o monitoramento contínuo das atividades pelos professores, que devem verificar se os resultados esperados estão sendo atingidos. Além disso, é fundamental que os avanços dos estudantes nesses componentes sejam debatidos nos Conselhos de Classe, reconhecendo suas conquistas, desafios e diferentes formas de aprender. A consideração da parte diversificada nesses momentos amplia a compreensão sobre o processo educacional, além de incentivar o estudante a se envolver na construção e participação desses componentes.

COMO DEVE SER A AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES QUE SÃO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL?

A avaliação dos componentes integradores/parte diversificada é por conceito (cursado ou não cursado) e requer o monitoramento contínuo das atividades pelos professores, que devem verificar se os resultados esperados estão sendo atingidos. Além disso, é fundamental que os avanços dos estudantes nesses componentes sejam debatidos nos Conselhos de Classe, reconhecendo suas conquistas, desafios e diferentes formas de aprender. A consideração da parte diversificada nesses momentos amplia a compreensão sobre o processo educacional, além de incentivar o estudante a se envolver na construção e participação desses componentes.

O QUE É O PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA APRENDIZAGEM (PFA)?

A avaliação dos componentes integradores/parte diversificada é por conceito (cursado ou não cursado) e requer o monitoramento contínuo das atividades pelos professores, que devem verificar se os resultados esperados estão sendo atingidos. Além disso, é fundamental que os avanços dos estudantes nesses componentes sejam debatidos nos Conselhos de Classe, reconhecendo suas conquistas, desafios e diferentes formas de aprender. A consideração da parte diversificada nesses momentos amplia a compreensão sobre o processo educacional, além de incentivar o estudante a se envolver na construção e participação desses componentes.

Recuperação

COMO SE DEFINE A RECUPERAÇÃO?

De acordo com o art. 19, da Portaria Nº 168-R, de 23 de dezembro de 2020, a recuperação se define como “um processo articulado à avaliação que possibilita ao estudante, sob nova forma e condições especiais, a construção de aprendizagens não alcançadas”.

QUAL O AMPARO LEGAL PARA A RECUPERAÇÃO?

A recuperação é um direito de todos os estudantes e está amparada pelas seguintes legislações:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9394/1996, art. 24, inciso V, alínea e;
- Resolução CEE/ES Nº 3.777, arts. 112 a 116;
- Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, arts. 160 a 167;
- Portaria Nº 168-R, de 23 de dezembro de 2020, publicada no D.O. de 28/12/2020.

QUAIS AS MODALIDADES DE RECUPERAÇÃO?

A Portaria Nº 168-R, de 23 de dezembro de 2020, estabelece quatro modalidades de recuperação:

RECUPERAÇÃO PARALELA:

- Ocorre ao longo do processo educativo, sendo assegurada a todos os estudantes de forma imediata, tão logo sejam diagnosticadas dificuldades de aprendizagem. Busca melhorias no rendimento escolar de maneira permanente e concomitante ao ensino e aprendizagem.

RECUPERAÇÃO TRIMESTRAL:

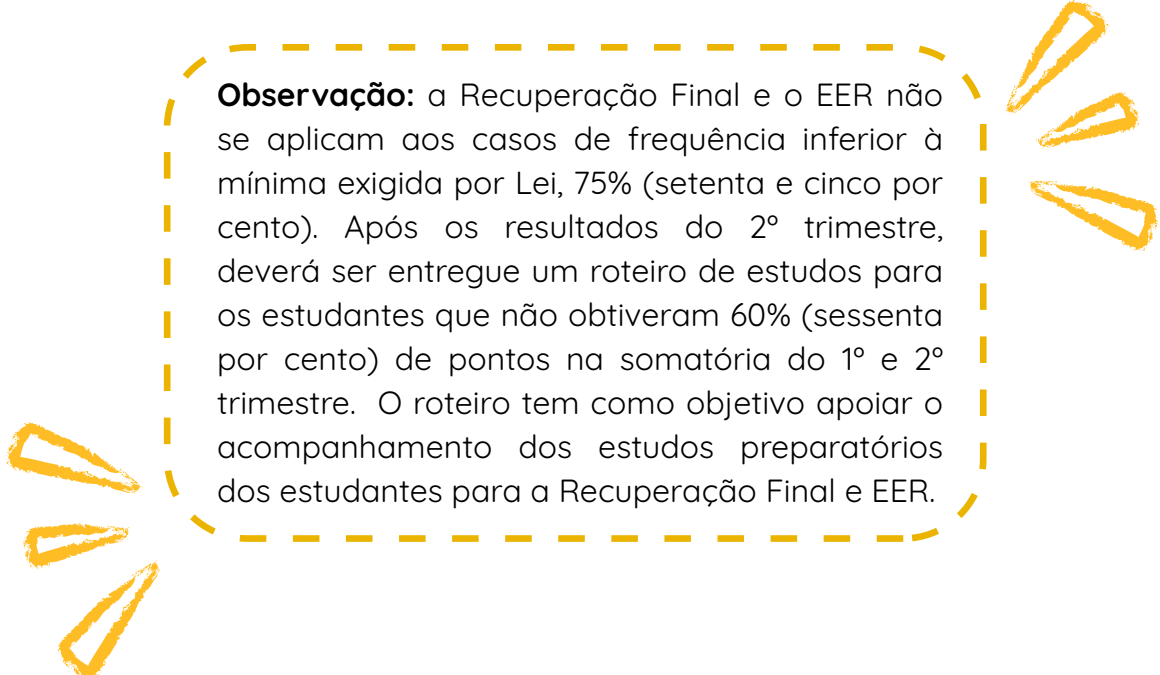
- Oportuniza a melhoria dos resultados da avaliação somativa para estudantes que não alcançaram, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da pontuação prevista no trimestre. Estudantes que alcançaram mais de 60% (sessenta por cento) da pontuação também poderão realizar a recuperação trimestral para a melhoria dos resultados, caso tenham interesse.

RECUPERAÇÃO FINAL:

- Proporcionada ao final do ano letivo, com valor correspondente a 100 (cem) pontos e destinada a estudantes que não alcançaram o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação prevista para pontuação.

ESTUDOS ESPECIAIS DE RECUPERAÇÃO - EER:

- Oportunidade oferecida aos estudantes que não obtiveram êxito em até três componentes curriculares, após a avaliação da recuperação final.



Observação: a Recuperação Final e o EER não se aplicam aos casos de frequência inferior à mínima exigida por Lei, 75% (setenta e cinco por cento). Após os resultados do 2º trimestre, deverá ser entregue um roteiro de estudos para os estudantes que não obtiveram 60% (sessenta por cento) de pontos na somatória do 1º e 2º trimestre. O roteiro tem como objetivo apoiar o acompanhamento dos estudos preparatórios dos estudantes para a Recuperação Final e EER.

O QUE É A MÉDIA POR ÁREA E QUANDO ELA É REALIZADA?

De acordo com a Portaria N° 319-R, de 03 de dezembro de 2024, publicada no D.O. de 04/12/2024, a média por área é um recurso que permite o estudante que não alcançou 60% (sessenta por cento) da pontuação em um componente curricular, ter a possibilidade de ter sua pontuação aumentada pela média da pontuação dos componentes curriculares da mesma área de conhecimento. Esse cálculo é realizado automaticamente pelo Sistema Estadual de Gestão Escolar (SEGES), após o registro da nota final de cada trimestre, e só se aplica às notas abaixo de 60% (sessenta por cento). Caso a média por área seja inferior à nota original do trimestre, prevalece a nota lançada pelo professor. Se, mesmo após o ajuste, o estudante não atingir o mínimo exigido, terá direito à recuperação paralela.

Avaliações Externas

O QUE É A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA? E AUTOAVALIAÇÃO SOCIOEMOCIONAL?

A Avaliação Diagnóstica é um instrumento que identifica as aprendizagens/habilidades essenciais já consolidadas e aquelas que ainda precisam ser desenvolvidas, avaliando componentes como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Biologia, Física e Química. Já a Autoavaliação Socioemocional permite que os estudantes reflitam sobre suas próprias competências socioemocionais, favorecendo o autoconhecimento e o acompanhamento de seu desenvolvimento integral.

QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E AUTOAVALIAÇÃO SOCIOEMOCIONAL?

A Avaliação Diagnóstica é aplicada aos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. Para os estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, os testes são feitos, preferencialmente, em formato digital. Os testes variam conforme o ano/série e contemplam Língua Portuguesa e Matemática em todos os níveis, além de Ciências, História e Geografia nos Anos Finais e Física, Química e Biologia no Ensino Médio. As matrizes de referência são documentos que orientam a elaboração dos itens, a partir da seleção de habilidades pré-requisito — relacionadas aos anos/séries anteriores — que são essenciais para a continuidade da aprendizagem no ano letivo em curso. Esses documentos são construídos com base nos Currículos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Mapa de Progressão e nas Orientações Curriculares da rede estadual.

A Autoavaliação Socioemocional é voltada para os estudantes do 6º do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, realizada exclusivamente em formato digital na aula de Projeto de Vida. O instrumento é estruturado em 20 questões investigativas, organizadas em torno dos quatro pilares da Matriz de Saberes (Aprender a Ser, Fazer, Conhecer e Conviver), com foco em competências como Autoconhecimento, Gestão Emocional, Trabalho em Grupo, Empatia, Pensamento Crítico e Protagonismo Social.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E DA AUTOAVALIAÇÃO SOCIOEMOCIONAL?

Ambas têm como objetivo subsidiar o planejamento pedagógico: a Avaliação Diagnóstica orienta propostas de intervenção pedagógica para o ano letivo, auxilia no planejamento do Nivelamento e do Programa de Fortalecimento da Aprendizagem (PFA); a Autoavaliação Socioemocional identifica quais são os pilares da Matriz de Saberes com necessidade de desenvolvimento. As informações levantadas auxiliam os professores no planejamento de intervenções pedagógicas mais assertivas, além de fomentar ações que favoreçam a construção do projeto de vida dos estudantes.

O QUE É PAEBES/PAEBES ALFA?

O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes e Paebes Alfa) é uma avaliação externa em larga escala que verifica a apropriação e consolidação das habilidades desenvolvidas pelos estudantes ao final de cada etapa escolar.

QUEM PARTICIPA DO PAEBES/PAEBES ALFA? E O QUE É AVALIADO?

Participam os estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. São avaliados os Componentes Curriculares Língua Portuguesa e Matemática (todos os anos); História e Geografia (anos pares) e Física, Química e Biologia (anos ímpares).

QUANDO ACONTECE A APLICAÇÃO DO PAEBES/PAEBES ALFA?

A aplicação acontece no terceiro trimestre de cada ano, em dias específicos pré-estabelecidos e disponibilizados no calendário da Sedu.

QUAL A METODOLOGIA UTILIZADA PELO PAEBES/PAEBES ALFA?

A metodologia de construção e de análise dos resultados do Paebes/Paebes Alfa tem como base a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que viabiliza aferir a proficiência média dos estudantes dentro de padrões de desempenho (abaixo do básico, básico, proficiente, avançado), e a Teoria Clássica dos Testes (TCT), que proporciona o cálculo do percentual de acerto por item e descritor.

QUAL O OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO CONTEXTUAL DO PAEBES/PAEBES ALFA?

Os questionários contextuais do Paebes são aplicados em formatos impresso e eletrônico na ocasião da aplicação dos testes. Os questionários são respondidos por diretores, professores, estudantes e responsáveis, reunindo informações sobre aspectos socioeconômicos, hábitos de estudo e leitura, apoio familiar, clima escolar, práticas pedagógicas, fluxo escolar, gestão e infraestrutura. Seu objetivo é compreender fatores extraescolares que influenciam o desempenho dos estudantes, enriquecendo a análise dos resultados.

COMO OS RESULTADOS DO PAEBES/ PAEBES ALFA PODEM CONTRIBUIR NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DOCENTE?

Por meio dos resultados dos testes de proficiência é possível agrupar os estudantes em Padrões de Desempenho (abaixo do básico, básico, proficiente e avançado), os quais apresentam descrições de habilidades e competências relacionadas a aspectos cognitivos que indicam o rendimento dos estudantes. Isso permite ao professor, com base na Matriz de Referência, identificar em quais habilidades que os estudantes apresentam maiores dificuldades e, assim, planejar seu trabalho docente com vistas a possibilitar que prossigam com êxito em seus processos de escolarização.

O QUE É SAEB?

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é uma avaliação nacional em larga escala, realizada a cada dois anos, organizada e promovida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que visa realizar um diagnóstico da educação básica e de fatores que podem interferir no processo de aprendizagem.

Para saber mais!

As avaliações externas estaduais, nacionais e internacionais, consulte o Guia Informativo elaborado pela Gerência de Avaliação (GEA/Sedu), disponível no endereço <https://sites.google.com/edu.es.gov.br/avaliacoes-externas-es-2024/in%C3%ADcio>



QUAL O OBJETIVO QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DO SAEB?

Os resultados oferecem subsídio à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e propostas. O Saeb é voltado para os estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e das 3ª e 4ª séries do Ensino Médio de escolas que tenham pelo menos 10 (dez) alunos matriculados. A realização é bianual e geralmente ocorre nos meses de outubro e novembro. A publicação dos resultados é garantida para as unidades escolares que obtiverem a participação de, pelo menos, 80% dos estudantes matriculados e o mínimo de 10 (dez) estudantes presentes no momento de aplicação dos instrumentos. de intervenção ajustadas às necessidades diagnosticadas nas áreas e etapas de ensino avaliadas. A avaliação busca identificar problemas e desigualdades regionais, além de produzir informações sobre fatores socioeconômicos, culturais e escolares que influenciam no desempenho dos estudantes.

O QUE É AMA?

A Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA) é um instrumento aplicado trimestralmente em Língua Portuguesa e Matemática, voltado aos estudantes do 4º, 5º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e de todas as séries do Ensino Médio da rede estadual do Espírito Santo.

QUAIS OS OBJETIVOS DA AMA?

Seu objetivo é subsidiar a preparação dos estudantes para as avaliações externas (Saeb e Paebs), além de oferecer dados que orientem o acompanhamento contínuo da aprendizagem e a definição de intervenções pedagógicas.

COMO ACESSAR OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS?

Os resultados da Avaliação Diagnóstica, AMA e Paebs/Paebs Alfa são disponibilizados na Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Espírito Santo, <https://avaliacaoemonitoramentoespíritosanto.caeddigital.net/#!/login> e são públicos para qualquer cidadão, até o nível de escola. Para acessar o resultado de cada estudante é necessária a inserção do login e senha que são enviados para cada unidade escolar, por meio das Superintendências Regionais de Educação (SRE) e da Gerência de Avaliação (GEA/Sedu). Os resultados do Saeb são disponibilizados por meio de um boletim da escola, organizado por etapa de ensino e componente curricular, no site do Inep: <https://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo>. Também é possível visualizar os painéis de resultados no Sistema Estadual de Gestão Escolar (SEGES), na página inicial “BI - Relatórios das Avaliações Externas”.

Indicadores educacionais

O QUE É IDEB?

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Criado pelo Inep em 2007, ele reúne em um único índice, com escala de 0 a 10, dois fatores essenciais: o fluxo escolar (taxas de aprovação) e o desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), permitindo acompanhar a evolução da educação e estabelecer metas a cada edição.

PARA QUE SERVE O IDEB?

O Ideb serve como ferramenta de monitoramento e acompanhamento da qualidade da educação básica, oferecendo resultados sintéticos que permitem traçar metas educacionais em nível nacional, estadual, municipal e escolar. Ao combinar fluxo escolar e desempenho, o índice equilibra essas dimensões e evidencia a necessidade de ajustes quando há retenção excessiva ou aprovação sem qualidade. Além disso, é importante condutor de políticas públicas, servindo como ferramenta de acompanhamento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

COMO O RESULTADO DO IDEB PODE CONTRIBUIR PARA A DEFINIÇÃO DAS AÇÕES DA ESCOLA?

A escola deve analisar os seus resultados, buscando identificar fragilidades no processo de aprendizagem dos estudantes, bem como reduzir as taxas de reprovação e abandono, melhorando, assim, o fluxo escolar.

ONDE CONSULTAR O RESULTADO DO IDEB DA ESCOLA?

Os resultados podem ser consultados no portal do Inep, que disponibiliza os indicadores por escola, município, unidade da federação. Também é possível visualizar a série histórica dos resultados do Ideb no Sistema Estadual de Gestão Escolar (SEGES), na página inicial “BI - Relatórios das Avaliações Externas”.

Para saber mais!

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>.

O QUE É IDEBES?

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Espírito Santo (Ideb) é o indicador estadual anual que sintetiza informações de desempenho do Paebs e fluxo escolar da rede.

COMO É CALCULADO O IDEBES?

O Ideb é calculado com base na combinação de fluxo escolar e de proficiência média obtida a partir dos resultados do PAEBES. O Ideb é representado por um número que se enquadra em uma escala de 0 a 10, de forma que o 0 é o menor nível de desempenho e 10 é o maior nível de desempenho.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO IDEBES?

O IDEBES visa contribuir para uma proposta de Gestão Escolar baseada em Resultados de Aprendizagem; direcionar as ações por meio de um diagnóstico que vise mapear o cenário atual em que a rede se encontra, identificando suas dificuldades, potencialidades e oportunidades de melhoria e nortear a Gestão Escolar no âmbito da Unidade Central da SEDU, das SREs e da direção escolar de cada escola, contribuindo para um posicionamento estratégico quanto aos resultados esperados.

Avaliações de processos

O QUE É PDCA? QUANDO ELE ACONTECE?

O Ciclo de Melhoria Contínua ou Ciclo PDCA (Plan - planejar, Do - fazer, Check - verificar e Act - ajustar) é uma metodologia que respalda o movimento de melhoria contínua, aplicável tanto em processos administrativos quanto pedagógicos. As fases incluem planejamento (Plan), execução (Do), checagem/avaliação (Check) e ajuste (Act). Este ciclo é utilizado ao término de diferentes atividades, como aulas da BNCC, Componentes Integradores, culminâncias, bem como ao final de trimestres ou períodos letivos, quando a equipe avalia resultados e define ajustes para aprimorar a prática escolar.

O QUE É PADI? QUEM RESPONDE A PADI?

A Pesquisa de Acompanhamento e Desenvolvimento do Tempo Integral (PADI) é um instrumento que avalia a consolidação do modelo pedagógico do tempo integral, identificando desafios e destaques em diferentes dimensões. Ela é aplicada de forma online e censitária no início do terceiro trimestre em todas as escolas de Tempo Integral e respondida pelo trio gestor, professores e estudantes. Além disso, algumas escolas participam de uma segunda aplicação, de caráter amostral e presencial.

O QUE É A VT DO TEMPO INTEGRAL E QUAL É O PAPEL DO SUPERVISOR ESCOLAR NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL?

É uma visita realizada pelos supervisores escolares durante a etapa Execução do Circuito de Gestão Capixaba, que tem como objetivo verificar a integridade e pontualidade da aplicação das metodologias e rotinas do Tempo Integral. Nessa visita, são coletados dados relacionados aos eixos de Acolhimento, Formação, Gestão e Monitoramento, Protagonismo, Componentes Integradores, Participação das Famílias/Comunidade/Parceiros, Estrutura e Espaço de Aprendizagem. O supervisor escolar tem o papel de analisar essas informações, sistematizar observações e garantir devolutivas que orientem ações estratégicas, fortalecendo a implementação do Tempo Integral nas escolas.

COMO E POR QUE AVALIAR O TRIMESTRE LETIVO?

A Avaliação do Trimestre Letivo é um processo que envolve toda a comunidade escolar - trio gestor, pedagogo, coordenador escolar, professores, estudantes e pais/responsáveis - por meio de instrumentos específicos, aplicados preferencialmente em formato digital, que tem como objetivo realizar um diagnóstico sobre práticas pedagógicas, gestão e infraestrutura. Os dados são analisados e apresentados à comunidade escolar, orientando ajustes nos planos de ação e de ensino, formações continuadas, intervenções pedagógicas e alocação de recursos. Além disso, dada a amplitude de sua abrangência, o processo fortalece a participação e a transparência, consolidando o PDCA como ferramenta de melhoria contínua da escola.

Formação

O QUE É FIMPETI?

A Formação Inicial do modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral é uma ação desenvolvida semestralmente pela Gerência de Educação em Tempo Integral, em parceria com o Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (Cefope), voltada para as equipes gestoras, professores e supervisores escolares que atuam nas escolas de tempo integral. A formação é ofertada em modelo EAD, autoinstrucional, e tem como objetivo capacitar os profissionais para compreenderem e implementarem o Modelo Pedagógico do Tempo Integral, fortalecendo as práticas educativas, a integração curricular, o monitoramento e a avaliação das atividades. A participação na FIMPETI é obrigatória para a equipe escolar que está iniciando no modelo de tempo integral.

O QUE É FPM?

A Formação de Profissionais do Magistério é uma iniciativa do Cefope, que busca promover a formação continuada dos educadores da Rede Pública Estadual e ocorre durante a Jornada de Planejamento Pedagógico e nos dias de planejamento das áreas de conhecimento. As datas de realização estão previstas em calendário escolar e as temáticas são divulgadas durante o ano letivo.

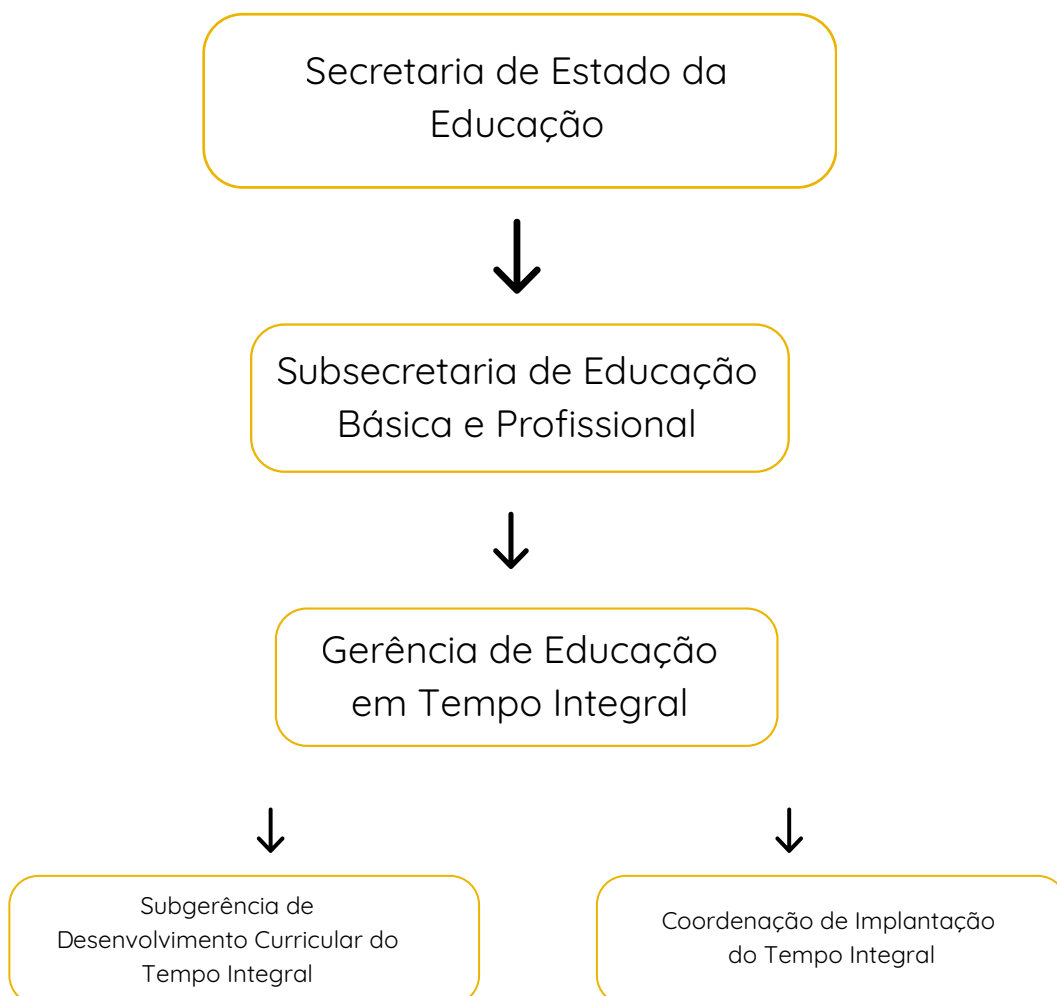
O QUE É E ONDE ENCONTRAR O GUIA DE REUNIÕES FORMATIVAS?

O Guia de Reuniões Formativas é um material elaborado pela Gerência de Educação em Tempo Integral que tem como objetivo fornecer suporte teórico e metodológico para a realização de reuniões gerais de caráter formativo nas escolas de tempo integral do Espírito Santo. É composto por um caderno introdutório e cadernos temáticos que versam sobre assuntos como Projeto de Vida, Tutoria, Estudo Orientado, Observação de Aula, Eletivas, Protagonismo, Acolhimento, dentre outros. Os cadernos estão disponíveis no Site do Currículo Sedu ES, no endereço <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/tempo-integral/>

ONDE ENCONTRO OS MATERIAIS DE REFERÊNCIAS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?

As legislações, Diretrizes Operacionais da Educação em Tempo Integral, materiais referentes às práticas educativas e Componentes Integradores e demais documentos orientadores do Tempo Integral estão disponíveis no Site do Currículo Sedu ES, no endereço <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/tempo-integral/>.

Organização da Gerência de Educação em Tempo Integral



Legislação e Documentos Orientadores

ASSUNTO	LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS
Disciplina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais e dá outras providências.	<u>Portaria Nº 034-R, de 03 de fevereiro de 2025</u>
Estabelece critérios para a definição de quantitativos para as funções de Coordenador Escolar, Pedagogo, Professor Coordenador de Área - PCA e Apoio Administrativo nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino e demais providências.	<u>Portaria Nº 075-R, de 13 de fevereiro de 2025</u>
Institui o Estatuto do Magistério Público Estadual e dá outras providências.	<u>Lei Complementar Nº 115, de 13 de janeiro de 1998</u>
Institui o Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público Estadual do Espírito Santo.	<u>Lei Nº 5.580, de 13 de janeiro de 1998</u>

Legislação e Documentos Orientadores

ASSUNTO	LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS
Identidade Organizacional da Sedu, Saúde Vocal e dúvidas frequentes (licenças, férias, CHE, ascensão funcional, avaliação de desempenho individual, estágio probatório, localização provisória).	<u>Manual do Professor da Rede Pública Estadual</u>
Estabelece normas e procedimentos complementares referentes à avaliação, recuperação de estudos e ao ajustamento pedagógico dos estudantes das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do estado do Espírito Santo, e demais providências.	<u>Portaria Nº 168-R, de 23 de dezembro de 2020</u>
Princípios, práticas educativas, organização curricular, carga horária dos professores, reuniões de fluxo e atribuições do trio gestor, PCAs, pedagogo e professores nas escolas de tempo integral.	• <u>Lei Complementar Nº 928/2019</u> • <u>Diretrizes Operacionais da Educação em Tempo Integral</u>
Definição, objetivos, planejamento, execução e avaliação dos Componentes Integradores.	<u>Protocolo da Parte Diversificada</u>

Legislação e Documentos Orientadores

ASSUNTO	LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS
Operacionalização das práticas educativas, Componentes Integradores, processos e rotinas do tempo integral.	<u>Orientações Pedagógicas Passo a Passo</u>
Explicação, orientações para implementação e exemplos de organização dos diferentes ambientes de aprendizagem escolar	<u>Guia para implementação de ambientes de aprendizagem e estética pedagógica na escola</u>

Telefones úteis

Superintendências Regionais de Educação (SRE)

SRE	TELEFONE
Afonso Cláudio	(27) 3735-8706
Barra de São Francisco	(27) 3756-5565
Cachoeiro de Itapemirim	(28) 3515-2710
Nilza Pereira Leite (Carapina)	(27) 3636-9750
Cariacica	(27) 3636-2751
Professora Eucy Rossi Pagani (Colatina)	(27) 3722-9711
Jurema Moretz Sohn (Guaçuí)	(28) 3553-6610
Linhares	(27) 3372-7963
Nova Venécia	(27) 3752-4269
São Mateus	(27) 3767-7651
Vila Velha	(27) 3636-3450

Telefones úteis

Unidade Central

SETOR	TELEFONE(S)
Gabinete do Secretário	(27) 3636-7700 / (27) 3636-7702
Subsecretaria de Suporte à Educação (Sese)	(27) 3636-7750
Subsecretaria de Educação Básica e Profissional (Seeb)	(27) 3636-7720
Subsecretaria de Planejamento e Avaliação (Sepla)	(27) 3636-7730
Subsecretaria de Administração e Finanças (Seaf)	(27) 3636-7740
Subsecretaria de Articulação Educacional (Seae)	(27) 3636-7733
Gerência de Estudos, Pesquisa, Qualificação e Desenvolvimento dos Profissionais do Magistério	(27) 3636-7836
Gerência de Gestão Escolar	(27) 3636-7712
Gerência de Políticas de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar	(27) 3636-7845
Gerência de Avaliação	(27) 3636-7813 / (27) 3636 7812

Telefones úteis

Unidade Central

SETOR	TELEFONE(S)
Gerência de Estatística e Informação	(27) 36367811
Gerência de Normas, Procedimentos e Regulação	(27) 3636-7890
Gerência de Currículo da Educação Básica	(27) 3636-7822
Gerência de Educação em Tempo Integral	(27) 3636-7638
Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental	(27) 3636-7840
Gerência de Ensino Médio	(27) 3636-7850
Gerência da Educação de Jovens e Adultos	(27) 3636-7865 / (27) 3636-7864
Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola	(27) 3636-7867
Gerência de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	(27) 3636-7862
Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar	(27) 3636-7723
Corregedoria	(27) 3636-7880 / (27) 3636-7641



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação